

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

J ESP

Class.:

73

Data

09/10/80

Pg.:

Funai pode desalojar religiosos

Da sucursal de
BRASÍLIA

"Não há qualquer tipo de proibição à permanência de religiosos ligados ao Conselho Indigenista Missionário— Cimi—nas áreas indígenas, mas todos aqueles que estejam trabalhando nessas áreas, sem autorização da Funai, poderão ser expulsos". A afirmação foi feita, ontem, em Brasília, pelo presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, a propósito da retirada de missionários das áreas indígenas do Acre, determinada pelo delegado da Funai na área, Apoená Meirelles.

Segundo o coronel, a Funai está atendendo a um pedido dos próprios índios ao condicionar a entrada de pessoas estranhas nas áreas indígenas à autorização do órgão. "Muitos índios afirmam que a numerosa presença de não-índios em suas aldeias tumultua a vida da comunidade" — disse ele.

Ao negar qualquer proibição envolvendo o Cimi — que chegou a existir durante a administração passada, quando o então presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, baixou portaria impedindo a entrada desses missionários nos seus postos avançados — o coronel Nobre da Veiga reiterou que ele, pessoalmente, tem procurado manter contatos com missionários, citando o presidente do Cimi, d. José Gomes, o vice-presidente, d. Thomas Balduino, e o bispo de São Félix, d. Pedro Casaldáliga.

Nobre da Veiga, no entanto, discorda da opinião manifestada pelos dirigentes do Cimi de que a participação direta dos órgãos de Segurança — SNI e Conselho de Segurança Nacional — na Funai poderá agravar ainda mais os problemas, fechando as áreas que os índios ocupam a todos os que se interessam pelo destino deste povo. "A participação desses setores, bem como do Exército, que trabalhará na demarcação das áreas indígenas — afirmou —, significa apenas um interesse do governo em resolver os problemas das terras indígenas. Trata-se de uma atitude de solidariedade e não de intervenção dentro da Funai."

Segundo o coronel, o exército demarcará com prioridade as seguintes áreas: Mamoadate, no Acre; Campa, no Acre; Paracana, no Pará; Bahia da Traição, na Paraíba, e Quiriri, no Sergipe. Em outras áreas onde ocorrem problemas de tensão mais sérios, como a área dos caiapós, no Pará, a própria Funai já está agindo. "Estamos entrando na Justiça contra alguns invasores, como é o caso da Fazenda Japonesa, na área dos xicrins — disse —, mas não podemos resolver o problema de uma vez, pois muitos ocupantes têm amparo judicial."